

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei 14.133/2021)

Serviço em geral, aquisição e fornecimento de bens

1. OBJETO

Prestação de serviços para o controle de pragas (desinsetização e desratização), com aplicação de produtos de primeira qualidade, aprovados pela Inspeção Sanitária competente para o Fórum Principal (Cidade Judiciária) da Comarca de Campinas/SP.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Inc. I, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Os serviços de desinsetização e desratização têm natureza contínua e periódica, cuja finalidade é eliminar os focos onde insetos e ratos possam se desenvolver ou, em casos mais extremos, eliminar os próprios agentes (moscas, baratas, escorpiões, dentre outros insetos). A não contratação ou eventual descontinuidade de tais serviços daria margem a ocorrências de infestações nos prédios do Tribunal, o que prejudicaria as atividades da prestação jurisdicional.

As pragas urbanas são grande fator de risco à saúde das pessoas e são inúmeras as doenças que podem ser transmitidas por estas pragas, como diarreia, dengue, febre amarela, leptospirose, hepatite, dentre outras.

O controle de insetos e animais nocivos visa, portanto, minimizar riscos à saúde dos usuários dos prédios do Tribunal, evitando assim a proliferação e a transmissão de enfermidades, além de danos ao meio ambiente.

Sendo assim, faz-se necessário o presente pedido de licitação, quando serão observados os princípios da competitividade e da vantajosidade, imprescindíveis para assegurar a isonomia, confiabilidade da empresa qualificada e menor custo final do serviço prestado.

Importante deixar consignado que esta contratação não engloba os serviços de descupinização, vez que o tratamento desse tipo de praga é específico e especializado.

A desinsetização dos ambientes e das áreas externas aqui proposta terá o papel

preventivo no caso de eventual aparecimento isolado de cupins, mas em se verificando estado de infestação/colônia desses insetos, a Administração predial competente deverá solicitar os serviços de descupinização pontualmente.

Para o referido prédio, o serviço em questão era executado por meio do Contrato nº 000.423/2019/CT, cuja vigência foi encerrada em 17/12/2025.

Cumpre esclarecer, ainda, que esta Região Administrativa Judiciária possui dois contratos vigentes com o mesmo objeto ora proposto, quais sejam o Contrato nº 000.234/2025/CT e o Contrato nº 000.227/2025/CT. Todavia, mostra-se inviável o aditamento desses instrumentos para inclusão do referido prédio, em razão das limitações legais relativas aos percentuais de acréscimo ou supressão, bem como do valor estimado para a presente contratação.

3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (Inc. II, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual 2026 sob código 1372.

4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (Parágrafo único, art. 11, Lei 14.133/21)

Objetivo 3. Aumentar a satisfação pessoal e profissional dos agentes públicos no ambiente de trabalho.

5. CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO (§ 5º, art. 12, Provimento CSM nº 2.724/2023)

O Tribunal de Justiça não disponibilizou catálogo eletrônico de padronização no Portal da Administração para o referido objeto.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Inc. III, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Os serviços a serem realizados deverão obedecer às exigências, normas e recomendações reconhecidas, em sua última revisão, tais como:

- Resolução RDC nº 622, de 09 de março de 2022, da ANVISA.
- Normas Regulamentares do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.
- Normas e Regulamentação de Saúde e Meio Ambiente.
- Normas da Associação Brasileira de Normas Técnica - ABNT.

- Especificações e recomendações dos fabricantes dos materiais empregados.
- Leis, Decretos, Regulamentos e Dispositivos Legais emitidos pelas autoridades governamentais, em âmbito - Municipal; Estadual e Federal, e pertinentes a execução dos serviços ora contratados.

A manutenção do controle de pragas realizada por empresa qualificada é imprescindível para atender a legislação vigente no tocante à saúde, à segurança, ao bem-estar e ao conforto dos ocupantes dos recintos.

- A contratada deverá comprovar que possui licença para o funcionamento do estabelecimento, expedida pela autoridade sanitária e ambiental competente. Caso a cidade em que a empresa estiver instalada não possua autoridade sanitária e ambiental municipal, a contratada está obrigada a solicitar licença junto à autoridade sanitária e ambiental competente regional, estadual ou distrital a que o município pertença, nos termos do artigo 4º da Resolução RDC nº 622/2022.
- A empresa especializada deve ter um responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, devendo apresentar o registro deste profissional junto ao respectivo conselho, nos termos do artigo 7º da Resolução RDC nº 622/2022.
- A empresa deve possuir registro junto ao conselho profissional do seu responsável técnico, nos termos do artigo 7º da Resolução RDC nº 622/2022.
- Visita Técnica opcional, para verificar as condições locais, avaliar a quantidade e a natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à realização do objeto da contratação, permitindo aos interessados colher as informações e subsídios que julgarem necessários para a elaboração da sua proposta, de acordo com o que o próprio interessado julgar conveniente, não cabendo à Administração nenhuma responsabilidade em função de insuficiência dos dados levantados por ocasião da visita técnica.
- Atestado de Capacidade Técnica: a empresa deverá apresentar Atestado(s) passado(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) ter a licitante executado ou estar executando, a contento, prestação de serviços de desinsetização e desratização na quantidade mínima de 50% (cinquenta por cento) da área, por período continuado de, no mínimo, 12 (doze) meses. Para efeito de comprovação da qualificação técnica será admitido o somatório de atestados.

7. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO (inc. III, art. 18, Lei 14.133/21)

É dispensado o recebimento provisório.

O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo(a) Fiscal de Contrato.

- O(a) Fiscal de contrato deverá comunicar à Contratada para que emita a Nota Fiscal, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base na Avaliação da Qualidade dos Serviços e nos serviços efetivamente executados.
- A Contratada deverá emitir e encaminhar, **no prazo máximo de 24 horas contados da comunicação do(a) Fiscal**, prevista no item anterior, uma Nota Fiscal para cada Unidade Administrativa.
- O(a) Fiscal de contrato deverá encaminhar a nota fiscal atestada à SOF em até 03 (três) dias úteis após a sua emissão, observando os prazos de recolhimento dos tributos e de cumprimento das obrigações acessórias.

8. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO (inc III, art. 18, Lei 14.133/21)

A periodicidade das aplicações será quadrimestral.

A Contratada deverá elaborar um cronograma de aplicação, que será analisado e ajustado pelos Fiscal de Contrato, de acordo com a necessidade do prédio.

Os saneantes domissanitários/desinfestantes a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente registrados na Anvisa.

Após o agendamento e prestação de serviços, será emitido pela Contratada o Relatório de Execução dos Serviços, nos termos do artigo 19 da Resolução nº RDC 622/2022.

Na ocorrência de reinfestação, deverão ser adotadas as medidas corretivas necessárias no prazo de até 72 (setenta e duas) horas da notificação feita pelo Contratante, sem custo adicional.

A medição será realizada após a execução dos serviços e a Contratada deverá elaborar relatório contendo os quantitativos totais efetivamente realizados.

Aplica-se eventual desconto nas faturas mensais em função da pontuação final obtida no Relatório de Avaliação da Qualidade dos Serviços. Os critérios, conceitos e itens que serão objeto de avaliação mensal estão descritos no Anexo

II – Avaliação da qualidade dos serviços.

O valor dos pagamentos será o valor indicado na planilha de formação de preços, descontadas as importâncias relativas às quantidades de serviços não aceitas e glosadas pelo Contratante por motivos imputáveis à Contratada, sem prejuízo das sanções estabelecidas neste contrato e seus Anexos.

As Notas Fiscais/Faturas serão atestadas definitivamente pelo respectivo Fiscal do Contrato ou seus Suplentes, no prazo de até 03 (três) dias, após o seu recebimento, se os serviços forem achados conformes.

Havendo irregularidades, as Notas Fiscais/Faturas serão devolvidas para regularização.

O pagamento será realizado em 30 dias contados do ateste da Nota Fiscal/Fatura pelo fiscal do contrato.

9. GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS (inc. III, art. 18, Lei 14.133/21)

O prazo de garantia dos serviços não poderá ser inferior a 4 (quatro) meses da execução dos serviços, passando a contar, para os prédios, a partir do término do serviço realizado, estendendo-se, inclusive, após o término da vigência contratual. Tal prazo é compatível com as práticas usualmente adotadas em contratações de mesmo objeto, nas quais garantias com essa duração têm se mostrado adequadas e eficazes para assegurar a plena funcionalidade dos serviços de controle de pragas.

10. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO e MODO DE DISPUTA (inc. VIII, art. 18, Lei 14.133/21)

Considerando que o objeto do presente estudo possui padrões de desempenho e qualidade, assim como especificações usuais de mercado, logo, a modalidade de licitação será o Pregão, na forma eletrônica, o critério de julgamento menor preço e o modo de disputa aberto.

11. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (Inc. IV, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Para a presente contratação estima-se a necessidade de desinsetização e desratização em uma área total aproximada de 53.060 m² (cinquenta e três mil e sessenta metros quadrados) de área interna e 66.940 (sessenta e seis mil, novecentos e quarenta metros quadrados) de área externa, totalizando a área

de 120.000 m² (cento e vinte mil metros quadrados), conforme especificado no Anexo II – Relação de Locais e Metragens e dados extraídos do Banco de Informações Prediais (BIP). Os serviços deverão ocorrer a cada período de quatro meses.

12. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA (Inc. V, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

O fornecimento dos materiais/produtos necessários para a realização dos serviços de desinsetização e desratização e a aplicação desses materiais/produtos tem procedimentos e legislação específicos para sua utilização.

A Resolução RDC nº 622/2022 determina em seus artigos 5º e 6º que “a contratação de prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente pode ser efetuada com empresa especializada” e “para a prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente podem ser utilizados os produtos saneantes desinfestantes de venda restrita a empresas especializadas, ou de venda livre, devidamente registrados na Anvisa”.

Além disso, referida Resolução exige responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, devendo apresentar o registro deste profissional junto ao respectivo conselho (artigo 7º).

Assim, não há outra alternativa possível para a realização dos serviços, objeto deste estudo, que a contratação de empresa especializada.

13. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO (Inc. VI, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Estima-se para a presente contratação o valor de R\$ 115.200,00 (cento e quinze mil e duzentos reais) para os 24 (vinte e quatro) meses de vigência propostos.

14. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (Inc. VII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de controle de pragas (desinsetização e desratização) com aplicações quadrimestrais, devidamente licenciada junto à autoridade sanitária e ambiental competente, com utilização de produtos saneantes desinfestantes devidamente registrados na Anvisa, e garantia da prestação de serviços de 4 meses, mesmo após o término do contrato.

15. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (Inc. VIII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

O fornecimento dos materiais/produtos necessários para a realização dos serviços de desinsetização e desratização e a aplicação desses materiais/produtos é de natureza indivisível vez que há procedimentos e legislação específicos para sua utilização.

16. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (Inc. IX, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Pretende-se com a presente contratação evitar a proliferação de insetos e roedores, mantendo-se assim, um ambiente de trabalho com condições de higiene e segurança, pois a ausência desses serviços pode tornar os ambientes insalubres, causar prejuízos econômicos, propiciar a transmissão de infecções e depreciar a imagem deste E. Tribunal.

17. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A CONTRATAÇÃO (Inc. X, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Não existem providências prévias a contratação, já que não é necessário adequações ao ambiente.

18. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Inc. XI, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes ao objeto que poderá impactar na execução contratual e até mesmo na homologação do objeto.

19. IMPACTOS AMBIENTAIS (Inc. XII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

A contratação de prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente pode ser efetuada com empresa especializada e as diretrizes, definições e condições gerais para o seu funcionamento estão estabelecidas na Resolução RDC 622/2022 da Anvisa.

Os produtos saneantes desinfestantes utilizados deverão ser devidamente registrados na Anvisa.

A empresa deve ter um responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções, emitida pelo seu conselho profissional e a empresa deve possuir registro junto a conselho de seu responsável técnico.

A Resolução também define como devem ser as instalações da empresa visando ao atendimento das legislações relativas à saúde, segurança, ao ambiente e ao uso e ocupação do solo urbano, bem como a manipulação e o transporte dos produtos.

Além do acima, a inutilização e descarte das embalagens constam das obrigações da Contratada, em observância à RDC nº 622/2022 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

20. POSSIBILIDADE DE COMPRA OU DE LOCAÇÃO DE BENS (art. 44, Lei 14.133/21)

Não aplicável.

21. PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO (art. 15, Lei 14.133/21)

Os serviços do presente estudo são classificados como de natureza comum, sem características especiais ou necessidade de esforços operacionais para atender ao objeto, possibilitando assim a ampla participação de empresas, não havendo, portanto, necessidade da instituição do consórcio nesta contratação.

22. PLANO DE RISCOS (inc. XIII, art. 2º, Provimento nº 2.724/2023)

O Relatório de Risco da presente contratação encontra-se juntado no expediente.

23. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Unidade solicitante	DARAJ 4
Secretaria/Diretoria responsável	DARAJ 4
Gestor de Planejamento	MARCELO DONADON – COORDENADOR - DARAJ 4
Equipe de planejamento da contratação	IGOR DA SILVA ALVES – SUPERVISOR DE SERVIÇO - DARAJ 4

24. AVALIAÇÃO CONCLUSIVA (Inc. XIII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Consideradas as informações incluídas neste Estudo Técnico Preliminar, declaramos que a Contratação dos serviços é viável na forma apresentada.

São Paulo, data registrada em sistema.

Assinatura eletrônica da equipe de planejamento da contratação

Documento assinado digitalmente, nos termos da legislação em vigor.

